



1
2 **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**
3 **Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**

4 **MEMÓRIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ**

Data: 01 de julho de 2025.

Local: Sala 735, sede do MMA, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF

Coordenação da Reunião: Adalberto Maluf (MMA)

Relatoria: Daniele Procópio (MMA)

5 **1. Abertura e aprovação da pauta:**

6 O Sr. *Adalberto Maluf (MMA)*, coordenador da *Conasq*, abriu a reunião, dando boas-
7 vindas a todos.

8 Informou que foi publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho a PORTARIA DE
9 PESSOAL GM/MMA N° 580, DE 26 DE JUNHO DE 2025, formalizando a alteração de alguns
10 representantes da *Conasq*.

11 Houve uma rodada de apresentação na sequência, destacando os novos membros
12 designados.

13 Em seguida, passou-se à aprovação da pauta.

14 O *coordenador da Conasq* informou que os convites com a pauta foram enviados no dia
15 10 de junho.

16 A pauta foi aprovada com uma pequena alteração de ordem, ficando a palestra do
17 Professor Dr. Cláudio Oller, agendada para ocorrer às 17h, antecipada para as 15h.

18
19 **2. Aprovação da Memória da 4ª Reunião Ordinária**

20 As memórias foram aprovadas sem alterações de redação.

21 **3. Eleições da Conasq**

22 O *coordenador da Conasq* contextualizou, informando que, de acordo com o art.3ª, §9º
23 do Decreto 11.686/23, o mandato dos representantes dos setores não-governamentais da *Conasq*,
24 que são escolhidos por meio de seleção pública, é de 2 anos. O mandato atual encerra-se, portanto,
25 em fevereiro/março 2026, sendo vedada a recondução.

26 O Regimento Interno da *Conasq*, porém, em seu art. 3º, §2º permite a reeleição.

27 A coordenação da Comissão recebeu, no dia 13/05, um ofício referente à solicitação de
28 alteração do Decreto 11.686, de 05 setembro de 2023, que institui a *Conasq*, para que a
29 recondução seja possibilitada. Dez entidades subscreveram a carta: Abiquim, ACPO, Taxisphera,
30 Fundação Grupo Esquel Brasil, CNI, SINPROQUIM, SBQ, FSA, CFQ, CRQ.

31 Neste documento, as entidades pontuaram a expertise dos indicados na área de segurança
32 química e argumentaram que, considerando a especificidade do tema, ainda não há no Brasil um
33 número suficiente de entidades representantes dos setores não governamentais capaz de atender
34 aos critérios estabelecidos no decreto de modo a substituir, com o mesmo padrão de conhecimento
35 do tema, as entidades hoje participantes.

36 O *coordenador da Conasq* disse concordar com o mérito do ofício e informou que a
37 demanda foi encaminhada à CONJUR/MMA para avaliação da melhor maneira de solucionar a
38 questão apresentada. Informou que todos serão comunicados quando houver atualizações.

39 A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, e o *representante da Fundação Grupo*
40 *Esquel Brasil, Rubens Born*, reforçaram o apoio ao conteúdo do ofício e agradeceram à
41 coordenação por ter encaminhado a questão.

42 **4. Palestra do Professor Dr. Cláudio Oller: apresentação do estudo sobre biodegradação de** 43 **PCBs da USP**

44 A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, contextualizou o tema:
45 em reuniões anteriores da Comissão, durante as apresentações das atualizações do projeto PCB,
46 foi questionada a possibilidade da utilização de tecnologias de biodegradação para a eliminação
47 da substância. Por isso, a equipe do projeto sugeriu a inserção deste tópico como ponto de pauta.

48 O *Professor Dr. Cláudio Oller* introduziu o título da apresentação: Bioprospecção de
49 bactérias para a degradação do PCB presente em óleo de transformador.

50 Começou sua fala apresentando a estrutura química dos PCBs, destacando ser possível a
51 existência de 209 congêneres com propriedades diferentes. Fez um breve histórico sobre a
52 substância, citando marcos importantes: descoberta, produção em larga escala e primeiras
53 proibições. Explicou sobre a mobilidade dos PCBs no meio ambiente e os impactos à cadeia
54 alimentar.

55 Feita essa contextualização, o *Professor Dr. Cláudio Oller* informou que foram isoladas,
56 a partir de óleo de transformadores elétricos, bactérias autóctones capazes de degradar os PCBs.
57 Experimentos de bancada realizados em um biorreator mostraram que os PCBs presentes em três
58 amostras de óleo, mesmo em concentrações iniciais diferentes, foram completamente degradados.

59 A bactéria cuja eficiência foi comprovada foi expandida e os inóculos colocados em óleo
60 de transformador de pequeno porte, em operação, para verificar o potencial de degradação do
61 PCB. Os resultados mostraram uma diminuição das concentrações do contaminante do óleo após
62 7 dias de incubação.

63 Por fim, foram apresentadas as etapas propostas para realizar o tratamento e avaliação do
64 processo de degradação de bactérias isoladas de óleos de transformadores.

65 O *Professor Dr. Cláudio Oller* informou que a pesquisa será publicada.

66 Ao final da apresentação os membros da Conasq puderam fazer questionamentos e dirimir
67 dúvidas.

68 **5. Relatos das atividades dos GTs**

69 **5.1 GTT Minamata**

70 Foi dada a palavra à *Coordenadora-Geral de Segurança Química do MMA, Camila*
71 *Boechat*, para relatar o progresso das atividades do GTT.

72 A *Coordenadora-Geral* informou que 6ª Reunião do Grupo de Trabalho Permanente da
73 Convenção de Minamata sobre Mercúrio foi realizada no dia 27 de maio de 2025.

74 Na ocasião, a Anvisa apresentou os principais elementos da Resolução da Diretoria
75 Colegiada (RDC) nº 879/2024, que trata do uso de amálgamas dentárias no Brasil, conforme
76 solicitado pela sociedade civil na 3ª RO da Conasq.

77 O Ibama apresentou os resultados parciais do Projeto Rede de Monitoramento Ambiental
78 no Território Indígena Yanomami e Alto Amazonas. O primeiro ciclo de amostragens foi
79 concluído em 2024, com a coleta de amostras em 38 pontos, incluindo Terras Indígenas e
80 Unidades de Conservação adjacentes. Em 2025, teve início o segundo ciclo, com visitas a pontos
81 anteriormente amostrados e complementação de lacunas do primeiro ciclo. O banco de dados com
82 os resultados foi entregue ao Ibama.

83 A *representante do Ibama, Mariana Nakashima*, informou que os dados foram recebidos
84 pelo órgão, mas que ainda seria necessário finalizar o tratamento dos dados para se obter respostas
85 conclusivas sobre a contaminação da área. Relembrou do compromisso assumido pela Casa Civil
86 do Governo Federal de que os resultados seriam compartilhados primeiramente com as
87 comunidades nas quais as amostras foram retiradas. Feito isso, os dados poderiam ser
88 compartilhados com o GT-Minamata.

89 Seguindo, a *Coordenadora-Geral* relatou que os representantes do Ministério da Saúde e
90 da Fiocruz apresentaram o [Manual Técnico para Atendimento de Indígenas Expostos ao](#)
91 [Mercúrio](#), elaborado com base em evidências e experiências práticas em território. O manual é
92 uma ferramenta para orientar ações integradas de saúde, vigilância e atenção às populações
93 indígenas afetadas pela contaminação por mercúrio.

94 Além disso, o Ministério de Minas e Energia apresentou os avanços no desenvolvimento
95 do Plano de Ação Nacional para Mineração Artesanal e de Pequena Escala (MAPE).

96 Por fim, foi aberto espaço para relatos e atualizações por parte dos membros do GTT, que
97 compartilharam ações recentes voltadas à implementação da Convenção de Minamata no Brasil,
98 incluindo iniciativas regulatórias, de capacitação, fiscalização, monitoramento e cooperação
99 internacional.

100 A próxima reunião do GT está agendada para o dia 27/08.

101 O *Coordenador da Conasq* complementou o relato informando que o monitoramento de
102 mercúrio começa a adentrar novo território – Território Munduruku – com a colaboração com o
103 Instituto Amazônico de Mercúrio. Se tudo ocorrer conforme o previsto, há possibilidade de
104 expansão, também, para os territórios Pataxós e Kayapó ainda este ano.

105 O *Coordenador da Conasq* também comentou que as próximas reuniões do grupo
106 deverão abordar assuntos relacionados à Conferência das Partes (COP) da Convenção de
107 Minamata. Os membros da Comissão pontuaram a necessidade de se debater a possibilidade do
108 *phase-out* das amálgamas de Mercúrio no contexto da Convenção.

109

110 **5.2 GTP Substâncias Químicas em Plásticos**

111 Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para
112 relatar o progresso das atividades do GTP.

113 O GTT Substâncias Químicas em Plásticos se reuniu duas vezes.

114 Durante a primeira reunião, em 30/05, a coordenação apresentou os objetivos e os
115 resultados esperados constantes no Termo de Referência e dirimiu dúvidas dos membros.
116 Seguindo a metodologia utilizada no GT-Regulação, o grupo principal foi dividido em três
117 subgrupos.

118 O primeiro subgrupo, coordenado pela SBQ, ficou responsável por dar continuidade ao
119 levantamento das regulações vigentes sobre substâncias químicas em plásticos, adicionando as
120 portarias do INMETRO ao levantamento já compilado com as normas da ANVISA.

121 O segundo subgrupo, coordenado pelo MMA, ficou responsável por realizar um estudo
122 de potencial correlação parcial ou completa entre Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e
123 CAS para controle de substâncias químicas comercializadas. Mencionou que essa questão está
124 sendo um grande desafio, tendo a coordenação do GT contado com o auxílio da Receita Federal
125 Brasileira (RFB) para executar essa atividade. A entidade pontuou a necessidade de diferenciar a
126 NCM das substâncias puras ou em misturas, mas se comprometeu a conduzir o levantamento
127 inicial.

128 Já o terceiro subgrupo, coordenado pelo Ibama conduziu um levantamento de
129 informações para alimentar o fluxograma aprovado no primeiro mandato GTT.

130 Na segunda reunião, ocorrida no dia 30/06, os subgrupos apresentaram os trabalhos
131 parciais desenvolvidos até então.

132 A próxima reunião deve ocorrer no dia 16/07. Após esta data, os documentos serão
133 encaminhados para os representantes da Conasq e, não havendo considerações, os produtos serão
134 considerados aprovados tacitamente.

135 *O representante do MDIC, Washington Bonini*, questionou a possibilidade de levar as
136 discussões sobre as definições propostas na minuta do acordo para debate no GTT.

137 *A Diretora de Qualidade Ambiental, Thaianne Resende*, falou que isso extrapolaria os
138 objetivos listados no TdR, mas que, não havendo objeções, este tema poderia ser levado ao GT.

139 *O Coordenador da Conasq* expressou concordância com a proposta.

140 *O representante da SBQ e vice-coordenador do GTT, Walter Waldman*, apoiou a
141 proposta, mas disse que não haveria tempo hábil para fazer isso na próxima reunião do GTT.

142 Ficou decidido que a questão seria levada para o GTT.

143 **5.3 GTP Educação em Segurança Química**

144 Foi dada a palavra à *representante da ABIQUIM, Camila Hubner*, vice-coordenadora do
145 GTP, para relatar o progresso das atividades.

146 O GTP se reuniu duas vezes. O grupo tem trabalhado no plano de ação, avaliando as
147 atividades que deverão ser inseridas no documento.

148 A próxima reunião ainda não está agendada.

149 **5.4 GTT Regulação de Substância Químicas**

150 O *Coordenador da Conasq* informou que o GTT foi encerrado após 11 reuniões, tendo o
151 grupo finalizado a minuta de Decreto regulamentador.

152 O MMA aguarda as anuências dos Ministérios afetos, necessárias para abrir a consulta
153 pública para o Decreto. Explicou que esse procedimento é exigido pela Casa Civil.

154 A *representante da ABIQUIM, Camila Hubner*, questionou, se após o período de consulta
155 pública, haveria novas reuniões extraordinárias no âmbito da Conasq para discutir as
156 contribuições recebidas.

157 O *Coordenador da Conasq* respondeu que o objetivo seria, sim, agendar uma reunião
158 extraordinária da Comissão para tratar do texto da minuta do Decreto.

159 **5.5 GTP P2R2**

160 Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para
161 relatar o progresso das atividades do GTP.

162 A primeira reunião do Grupo de Trabalho Permanente sobre o Plano Nacional de
163 Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos
164 Perigosos (GT-P2R2), realizada virtualmente, no dia 28 de maio de 2025, teve como objetivo
165 iniciar os trabalhos do grupo, apresentar seus membros e definir a estratégia de atuação. A reunião
166 teve ampla participação de profissionais que atuam ativamente nessa área.

167 A reunião contou com a participação do Secretário Nacional, Adalberto Maluf, na
168 abertura, que destacou a importância de retomar o tema após a extinção da Comissão Nacional
169 do P2R2 e relembrou a necessidade de articulação eficiente frente a emergências, como no caso
170 do acidente na ponte entre Tocantins e Maranhão.

171 Durante o encontro, foi feita uma rodada de apresentação dos integrantes, destacando as
172 perspectivas de cada um com a criação do GT, e foram apresentados os objetivos do grupo, como
173 o fortalecimento do marco regulatório, a reestruturação da governança nacional, a integração de
174 dados e instituições, o fomento à capacitação, o compartilhamento de boas práticas e o apoio a
175 estados e municípios em situações emergenciais.

176 O Analista Ambiental do MMA Thiago Valente, que já havia participado da reunião
177 anterior da Conasq, apresentou o histórico do P2R2, além do Diagnóstico Nacional do P2R2.

178 Foi discutida, também, a metodologia de trabalho do GTT, com reuniões ordinárias
179 previstas no mínimo duas vezes ao ano e coordenação pelo MMA. O calendário para o ano de
180 2025 foi aprovado.

181 Durante as considerações finais, destacaram-se temas como a necessidade de elaboração
182 de proposta para atualizar o Decreto nº 5.098/2003, o debate sobre a inclusão de resíduos no
183 escopo do plano, a criação de grupo de comunicação com o grupo e apoio a capacitações.

184 A próxima reunião está agendada para o dia 24 de setembro de 2025.

185 O *representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born*, pediu para que a
186 *Diretora* comentasse sobre quais partes do Decreto precisariam ser atualizadas. Mencionou o

187 [Acordo de Escazú](#) que, embora ainda não aprovado pelo Congresso Nacional, relaciona-se com
188 este tema.

189 *A Diretora de Qualidade Ambiental, Thaianne Resende*, respondeu que, a princípio, a
190 revisão seria focada na instância de coordenação, visto que, antes mesmo da extinção da Comissão
191 do P2R2, o colegiado não se reunia com frequência. Seria necessário, ainda, avaliar possível
192 ocorrência de duplicidade regulatória e ver como este tema poderia ser relacionado com o acordo
193 de Escazú.

194 **6. Relato COPs BRS 2025 - 17ª reunião da Conferência das Partes da Convenção de Basileia,** 195 **12ª reunião da Conferência das Partes da Convenção de Roterdã e 12ª reunião da** 196 **Conferência das Partes da Convenção de Estocolmo**

197 *O Coordenador da Conasq* falou que a COP ocorreu recentemente, com grande
198 participação da delegação brasileira, a qual foi composta pelas seguintes instituições: MMA,
199 Ministério da Saúde, Ibama, Anvisa, MAPA e MRE. A Cetesb, como Centro Regional da
200 Convenção de Estocolmo para a América Latina e o Caribe, também participou das COPs e tinha
201 um estande em que expôs as atividades que realiza.

202 Feita a contextualização, foi dada a palavra à *representante do MRE, Juliana Becker*, para
203 fazer o relato sobre os principais acontecimentos.

204 A COP BRS 2025 ocorreu entre os dias 28 de abril e 09 de maio. Os três candidatos
205 indicados pelo Brasil foram eleitos para vagas do GRULAC (Grupo de países da América Latina
206 e do Caribe) nos órgãos subsidiários das Convenções BRS: Flávio Manoel Rodrigues da Silva
207 Júnior para o Comitê de Revisão de Produtos Químicos da Convenção de Roterdã (CRC) para
208 mandato de 2026 a 2030; Peter Rembischevski para o Comitê de Revisão de Poluentes Orgânicos
209 Persistentes da Convenção de Estocolmo (POPRC), também para o mandato de 2026 a 2030; e o
210 primeiro-secretário Francisco Nelson de Almeida Linhares Júnior foi eleito para o Comitê de
211 Cumprimento da Convenção de Estocolmo, com mandato de 2025 a 2027.

212 Foram tratadas, também, questões sobre o financiamento das convenções, para que esses
213 mecanismos sejam aplicados da forma que foram previstos, com contribuições dos países
214 desenvolvidos na prestação de apoio aos países em desenvolvimento para o cumprimento das
215 convenções.

216 **6.1 Convenção de Basileia**

217 *A representante do MRE, Juliana Becker*, informou que o processo de revisão do Anexo
218 IV da Convenção da Basileia, que estabelece as operações de disposição e recuperação de resíduos
219 perigosos e outros resíduos, foi concluído sem a inclusão de novas entradas. A decisão adotada
220 prevê, contudo, que a COP-18 poderá retomar as discussões sobre a possível inclusão de novas
221 entradas neste Anexo.

222 Foi estendido o prazo para envio de comentários sobre a Convenção Internacional de
223 Hong Kong para a Reciclagem Segura e Ambientalmente Adequada de Navios e como ela se
224 relaciona com as Convenções BRS. Ficou acordado que o novo prazo para envio de comentários
225 das Partes será novembro de 2025.

226 Ainda no contexto da Convenção de Basileia, deverá ocorrer deliberação sobre a possível
227 criação de fluxo específico de resíduos têxteis – proposta do Chile e da União Europeia.

228 O Brasil apresentou propostas à Conferência, incluindo a solicitação de apoio técnico das
229 Partes e transferência de tecnologia, com vistas à implementação efetiva das emendas pertinentes
230 para a gestão de resíduos plásticos. Além disso, também por proposta brasileira, o novo marco
231 estratégico da Convenção de Basileia para 2025-2031 foi aprovado e considerará as dificuldades
232 enfrentadas pelas Partes no fornecimento de dados, especialmente no que diz respeito a
233 determinados indicadores.

234 Quanto ao Comitê de Implementação e Cumprimento da Convenção (ICC), o Brasil, em
235 suas intervenções, reiterou posição contrária à adoção de abordagens punitivas em matéria de
236 cumprimento, sublinhando a importância de mecanismos de cooperação, assistência técnica e
237 fortalecimento de capacidades.

238 **6.2 Convenção de Roterdã**

239 *A representante do MRE, Juliana Becker*, informou que a Conferência das Partes chegou
240 a um acordo sobre a inclusão de duas substâncias no Anexo III: o carbossulfano e a fentiona. As
241 resoluções entrarão em vigor em 22 de outubro de 2025 para todos os países.

242 Não foi possível alcançar consenso quanto à listagem de nenhuma das demais substâncias
243 deliberadas, a saber: paraquate, acetocloro, mercúrio, brometo de metila, iprodiona, clorpirifós e
244 amianto crisotila.

245 No tocante às discussões sobre a efetividade da Convenção, o Brasil e, pouco antes da
246 plenária, a União Europeia apresentaram “Conference Room Papers” (CRPs). A proposta
247 brasileira defendeu que o fortalecimento da efetividade do tratado requer maior clareza sobre seus
248 objetivos, conforme estabelecido no Artigo 1º. Entre os pontos centrais, destacavam-se
249 preocupações relativas à interpretação, por parte de certificadoras privadas, da inclusão de
250 substâncias no Anexo III como indicativo de banimento.

251 A proposta brasileira também incluiu medidas estruturantes, como o fortalecimento das
252 capacidades técnicas das Partes para a realização de análises de risco e a promoção de maior
253 equidade no Comitê de Revisão de Produtos Químicos (CRC).

254 A decisão RC-12/5 resultou em compromisso que inclui pedido à FAO e à OMS para
255 revisar o critério 6 no JMPM, relacionada aos agrotóxicos altamente perigosos (*Highly Hazardous*
256 *Pesticides*, HHPs). O Secretariado reunirá e divulgará informações das partes sobre os desafios
257 relacionados a certificadoras privadas na página online da Convenção de Roterdã, buscando mais
258 transparência e compreensão dos impactos das interpretações do Anexo III. A decisão também
259 incluiu medidas para aumentar a acessibilidade ao processo de listagem: tradução do "Handbook
260 of Working Procedures and Policy Guidance for the Chemical Review Committee" e a oferta de
261 interpretação nos seis idiomas oficiais da ONU durante as reuniões do CRC, sujeita à
262 disponibilidade de recursos financeiros.

263

264 **6.3 Convenção de Estocolmo**

265 *A representante do MRE, Juliana Becker*, informou que foi aprovada a inclusão de três
266 novas substâncias no Anexo A: o clorpirifós, os ácidos perfluorocarboxílicos de cadeia longa e as
267 parafinas cloradas de cadeia média. As referidas listagens foram acompanhadas de isenções
268 específicas. A entrada em vigor é um ano após a adoção das decisões. Porém, antes disso,
269 conforme informou, as decisões precisam ser traduzidas para as línguas da ONU.

270 As decisões relativas ao UV-328 preveem isenção temporária (até 2030) e específica para
271 uso da substância em fitas adesivas e selantes na aviação civil e militar. Esta demanda,
272 proveniente de demanda do setor da aviação, foi muito debatida pelas partes. A *representante do*
273 *MRE, Juliana Becker* destacou que foram incluídas disposições preambulares sobre o caráter
274 extraordinário da decisão, justificado pelos volumes limitados e pela especificidade do uso.
275 Também foi determinado que a mudança nas listas aprovadas não deve ser uma prática comum e
276 que os beneficiários da nova isenção devem apresentar relatórios anuais para avaliação pelo
277 POPRC e submetidos à consideração da COP-13.

278 No que se refere à definição do programa de trabalho do Comitê de Cumprimento para o
279 biênio 2026-2027, o Brasil obteve êxito na inclusão de item voltado à identificação dos desafios
280 enfrentados pelas Partes em desenvolvimento na implementação dos Artigos 12 e 13 da
281 Convenção, com especial atenção aos custos envolvidos. A proposta se baseou no Artigo 13, e a
282 decisão aprovada determina que o Comitê formulará recomendações sobre os meios necessários
283 para viabilizar o cumprimento das obrigações assumidas por essas Partes.

284 A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, comentou que,
285 seguindo a inclusão de novos poluentes orgânicos persistentes (POPs) no Anexo A da Convenção,
286 seria necessário atualizar o Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo (NIP
287 Brasil). O MMA já avalia como executará esta atividade.

288 Sobre as isenções relativas ao UV-328 e ao Declorano plus, a *Diretora* informou que a
289 equipe do MMA está preparando um formulário online o qual será encaminhado para os membros
290 do [GT-BRS](#) ajudarem com a divulgação junto às entidades afetas ao tema.

291 A *representante do MAPA, Marina Veras*, questionou se o formulário seria relativo
292 apenas às duas substâncias mencionadas.

293 A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, confirmou o
294 entendimento e disse que as demais substâncias seriam discutidas no âmbito do GT BRS, cuja
295 reunião está agendada para o dia 05 de agosto. Essa diferenciação ocorreu porque essas duas
296 substâncias já haviam sido incluídas na COP anterior (em 2023), tendo o secretariado, portanto,
297 iniciado previamente o encaminhamento das informações necessárias para os pedidos de isenção.

298 O representante da *Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born*, agradeceu o relato e
299 questionou se o MRE poderia encaminhar uma versão do relatório da COP BRS 2025 para ser
300 distribuída para os membros da Conasq. Também solicitou que o GT BRS faça, se possível, uma
301 análise dos possíveis desdobramentos – *roadmap* – dos resultados das Convenções para ser
302 apresentada na reunião seguinte da Conasq.

303 O *representante da ACPO, Jeffer Castello Branco*, agradeceu o relato e apoiou a
304 solicitação feita pelo representante da *Fundação Grupo Esquel Brasil*. Questionou sobre a
305 possibilidade de haver tradução dos documentos da ONU para o português, sobre a
306 operacionalização de visitas a áreas contaminadas financiadas pela Convenção e, também, sobre
307 a possibilidade de listar o percloroetileno no texto da Convenção.

308 O *Coordenador da Conasq* falou que a possibilidade da listagem do percloroetileno
309 poderia ser avaliada. Mencionou que as Convenções dificilmente possuem recursos para lidar
310 com áreas contaminadas.

311 A *representante do MRE, Juliana Becker*, falou que o MRE providenciaria o relatório
312 solicitado. Em relação à tradução dos documentos, falou o reconhecimento do idioma português
313 como uma das línguas oficiais da ONU costumava ser uma demanda do Brasil.

314 O representante da Anvisa, Peter Rembischevski, falou que iria se aprofundar sobre o
315 processo para indicação de substâncias para listagem na Convenção.

316 7. Atualização dos projetos do MMA em segurança química

317 7.1 Projeto do Special Programme: Fortalecimento da capacidade institucional para o 318 gerenciamento Ambientalmente Adequado de Substâncias Químicas no Brasil

319 Camila Gontijo, Gerente do Projeto do Special Programme, foi convidada para fazer a
320 atualização do progresso das atividades.

321 Lembrou que o projeto é composto por quatro etapas: (1) fortalecimento institucional; (2)
322 estudo de benchmarking – análise de sistemas; (3) construção e integração do sistema de gestão
323 de químicos, com quatro módulos; e (4) formação, envolvendo cursos.

324 O termo de referência (TdR) da etapa 2 foi publicado para a contratação de consultor,
325 porém não houve a inscrição de candidatos que cumprissem com os requisitos. Por isso, o TdR
326 será reformulado, com previsão para nova publicação no mês de julho. A entrega do produto
327 resultante da consultoria está prevista para ocorrer em outubro.

328 Na sequência, a contratação de empresa especializada para desenvolver o sistema previsto
329 na etapa 3 deve ocorrer em dezembro de 2025 ou janeiro de 2026.

330 Em relação aos cursos, a equipe do projeto trabalha em conjunto com o Ibama para
331 realizar, ainda este ano, dois cursos de formação sobre OSHA regulations (29 CFR) e NFPA 427.
332 Os participantes do curso devem ser definidos no âmbito do GT-P2R2.

333 Há previsão de treinamentos em 2026 e 2027 relacionados ao uso do sistema que será
334 desenvolvido.

335 7.2 Projeto IICA: revisão do Plano de Dioxinas e Furanos

336 O coordenador da Conasq informou que um consultor foi contratado através do Instituto
337 Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) para executar esta atividade. O projeto
338 encontra-se na fase de realização de reuniões iniciais.

339 7.3 Projeto Mercúrio em Cimenteiras

340 Renata Marques, coordenadora do projeto no PNUMA, foi convidada para fazer a
341 atualização do progresso das atividades.

342 A coordenadora do projeto contextualizou sobre o inventário de mercúrio na indústria
343 de cimento. Falou que essa indústria foi classificada, tanto no cenário mínimo quanto no cenário
344 máximo, como estando entre os cinco maiores emissores de mercúrio. Explicou que esse
345 fenômeno não é exclusivo do Brasil, sendo observado, também, em outros países.

346 O projeto havia sido aprovado em junho de 2024, com recurso de US\$ 12 milhões e
347 cofinanciamento de US\$ 72 milhões.

348 O projeto é composto por 4 principais componentes: (1) política de regulamentação e
349 desenvolvimento de capacidades para controle, minimização e gestão das emissões de mercúrio
350 na indústria de cimento; (2) implementação das melhores tecnologias disponíveis e das melhores
351 práticas ambientais para o controle e a redução das emissões de mercúrio na indústria de cimento;

352 (3) demonstraco de soluçoes de produo circulares e energeticamente eficientes para reduzir as
353 emissões de mercúrio na indústria de cimento; (4) gestão do conhecimento e parcerias; e (5)
354 monitoramento e avaliao do projeto.

355 *Renata Marques, coordenadora do projeto no PNUMA*, falou brevemente sobre a
356 distribuo do orçamento do projeto e apresentou a governança, a qual será composta por um
357 comitê diretivo coordenado pelo MMA.

358 O projeto encontra-se na fase de revisão do plano de implementao para um documento
359 de projeto. É necessário o recebimento das cartas de cofinanciamento para a conclusão desta
360 etapa. O prazo para submissão final é 20 de agosto.

361 Sendo tudo aprovado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (*Global Environment*
362 *Facility - GEF*), a previsão é que a implementao comece ainda em 2025.

363

364 **7.4 Projeto SIP de Mercúrio**

365 O *coordenador da Conasq* informou que o projeto se encontra atualmente na fase de
366 finalizao dos trâmites legais junto ao Secretariado da Conveno. De acordo com informaçoes
367 recentes, o Secretariado está elaborando os acordos jurídicos para todos os projetos aprovados
368 nesta rodada.

369 O Project Cooperation Agreement (PCA) será encaminhado ao Brasil para análise e, se
370 aprovado, para assinatura. A formalizao deste acordo é etapa essencial para o início da
371 implementao do projeto.

372 Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o projeto tem como
373 foco o fortalecimento da capacidade institucional para enfrentar os impactos ambientais e de
374 saúde pública relacionados ao uso de mercúrio na minerao artesanal e de pequena escala
375 (MAPE), promovendo alternativas mais seguras e sustentáveis, em consonância com os
376 compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Conveno de Minamata.

377 **7.5 Projeto Mercúrio em Cloro-calis**

378 O *coordenador da Conasq* informou o Projeto cloro-calis, em fase de preparao final
379 para submissão ao GEF, foca na desativao segura de células de mercúrio ainda existentes na
380 indústria de cloro-calis no Brasil, em atendimento aos compromissos da Conveno de
381 Minamata.

382 O projeto, sob coordenao do MMA e com apoio do PNUMA, prioriza a avaliao
383 técnica das opoes para destinao ambientalmente adequada do mercúrio. O setor se
384 comprometeu a encerrar o uso de mercúrio até dezembro de 2025.

385 Houve um atraso no repasse de recursos para a agência executora.

386 **7.6 Processo de elaborao do Inventário de emissões do mercúrio (MMA)**

387 *Camila Boechat, Coordenadora-geral de Segurança Química do MMA*, foi convidada
388 para fazer a atualizao do progresso das atividades.

389 A *Coordenadora* informou que o MMA está em processo de atualizao do Inventário
390 Nacional de Emissões de Mercúrio, em consonância com os compromissos assumidos no âmbito

391 da Convenção de Minamata. A iniciativa tem por objetivo identificar e quantificar as principais
392 fontes de emissão e liberação de mercúrio no território nacional, subsidiando o desenvolvimento
393 de políticas públicas mais eficazes para a gestão ambientalmente adequada dessa substância.

394 A metodologia adotada será o *Toolkit for Identification and Quantification of Mercury*
395 *Releases*, ferramenta técnica disponibilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio
396 Ambiente (PNUMA) e reconhecida pela Convenção.

397 A equipe do MMA está elaborando ofícios para coleta de dados provenientes de diversos
398 setores, como mineração, indústria de produtos químicos, geração de energia, descarte de
399 resíduos, incineração, produção de cimento, entre outros.

400 Espera-se ter uma primeira versão em dezembro de 2025, para cumprimento com o
401 Acordo de Gestão.

402 **7.6 Projeto PCB Responsável**

403 *Angélica Griesinger, Gerente do Projeto PCB Responsável*, foi convidada para fazer a
404 atualização do progresso das atividades e resultados do projeto.

405 O projeto tem avançado na parte de fortalecimento institucional. Em relação ao sistema
406 nacional de gestão e descarte, foi citada a consolidação do inventário nacional de PCB em abril
407 de 2025, além da participação periódica da equipe nas reuniões ordinárias da Conasq.

408 Sobre os arranjos financeiros para eliminação do estoque de nacional de PCB, a *Gerente*
409 *do Projeto PCB Responsável* comunicou que o Estudo de Viabilidade Técnico e Econômica
410 (EVTE) foi finalizado, com identificação das rotas de tratamento e estimativas de custo e do apoio
411 à aplicação da estratégia para eliminação de PCBs. Mencionou, também, que a estratégia para
412 áreas sensíveis foi definida e que a contratação de estudo sobre fontes de financiamento encontra-
413 se em andamento.

414 No contexto do apoio à aplicação da estratégia para eliminação de PCBs, ocorreram 3
415 Encontros com Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAS) e 7 reuniões bilaterais presenciais
416 com Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (RJ, MG, BA, DF, PE, PA, SP). A equipe do projeto
417 trabalha, ainda, em parceria com o Centro Regional para a Convenção de Estocolmo
418 (CETESB/SP) para desenhar programa de formação de capacidades para os estados.

419 Foi feito um levantamento de viabilidade para projetos-piloto, que concluiu que seria
420 inviável a execução da maneira como desenhado no documento de projeto (PRODOC).
421 Alternativas estão sendo identificadas e a equipe do projeto trabalha em articulação com o SENAI
422 para parceria na capacitação com oficinas mecânicas.

423 No âmbito do projeto-piloto inovador (*Best Available Technic and Best Environmental*
424 *Practice - BAT/BEP*) e destruição de grande estoque de PCB, a parceria com a Politécnica da USP
425 para pesquisa sobre biodegradação de PCB já se encontra em fase de contratação e o arranjo para
426 destinação de PCB em áreas sensíveis foi definido. As cartas-convite para participação no projeto
427 foram enviadas a 9 destinatários nacionais. A equipe recebeu 5 propostas e 1 manifestação de
428 interesse. As propostas foram avaliadas e encaminhadas para o Comitê Consultivo Regional de
429 Aquisições (*Regional Advisory Committee on Procurement - RACP*) do PNUD.

430 O projeto é monitorado através dos indicadores. A matriz de risco foi revisada e o plano
431 de gênero está em implementação. A Revisão de meio termo deve ocorrer entre 30 de julho e 25
432 de agosto.

433 Por fim, *Angélica Griesinger, Gerente do Projeto PCB Responsável*, elencou os próximos
434 passos: (1) assegurar financiamento para troca de equipamentos (estudo e divulgação de fontes
435 de financiamento); (2) monitoramento do inventário; (3) revisão e submissão de proposta para
436 pilotos B.1 e B.2, parceria com o SENAI para capacitação das oficinas mecânicas; (4) parceria
437 com a USP para piloto de biodegradação de PCB; (5) início do grande estoque de PCB; (6)
438 implementação do plano de comunicação; (7) implementação do plano de gênero atualizado; (8)
439 publicação e constante atualização do site do projeto; (8) revisão de meio termo do projeto; (9)
440 revisão substantiva do projeto; (10) monitoramento periódico do projeto e dos riscos.

441 **7.6 Proposta de Projeto do GFC**

442 O *coordenador da Conasq* comunicou que o projeto elaborado no âmbito da Conasq não
443 foi aprovado pelo board do GFC, tendo o secretariado priorizado os projetos regionais nessa
444 rodada de inscrições.

445 Foi dada a palavra para o representante do Programa das Nações Unidas para o Meio
446 Ambiente (PNUMA), Kelvin Helps, para falar sobre o tema.

447 A próxima rodada de aplicações para o fundo do GFC contará com mais recursos. A
448 previsão é que a rodada de aplicações se inicie em setembro.

449 **8. Informes:**

450 **8.1 RoHS no Conama**

451 O *coordenador da Conasq* informou que no dia 27 de março a Secretaria de Meio
452 Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (SQA) encaminhou a proposta de
453 resolução elaborada pelo GT-RoHS ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA),
454 juntamente com uma Nota Técnica e uma Análise de Impacto Regulatório.

455 Apresentou um fluxograma do trâmite da RoHS no CONAMA (Anexo), destacando que
456 a proposta de resolução encontra-se na Câmara Técnica de Admissibilidade do Conselho.

457 **8.2 Chumbo em tintas**

458 O *coordenador da Conasq* lembrou que um pequeno grupo de membros interessados em
459 fazer a análise do PL 3.428/23 havia sido formado, tendo se reunido três vezes. Em um primeiro
460 momento, houve ímpeto de propor diversas alterações para aprimoramento do texto legislativo,
461 porém o grupo ponderou que deveria focar em sugerir alterações apenas extremamente
462 necessárias no PL 3.428/2023, pois esse já se encontrava em estágio mais avançado de elaboração
463 e articulação, e grandes modificações no texto fariam com que este retornasse às fases iniciais de
464 tramitação no Congresso.

465 Durante as reuniões desse pequeno grupo, muito se discutiu sobre a fragilidade do artigo
466 que estabelecia as penalidades, já que o texto não refletia a necessidade do efeito dissuasório das
467 penalidades administrativas. Foi pontuado, também, a necessidade de futuras atualização das
468 isenções contidas no art. 3º do projeto de lei.

469 Em abril, o PL 3.428/2023 foi encaminhado ao MMA para que o órgão se posicionasse.
470 A equipe técnica que acompanhou as discussões pontuou o que foi debatido durante as reuniões

471 e recomendou que as outras instituições da Conasq que participaram do grupo pudessem ser
472 ouvidas para colaborar com o aprimoramento do PL.

473 Feita a análise técnica, o MMA se posicionou favoravelmente, com ressalvas.

474 **8.3 OEWG GFC**

475 Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para
476 fazer o relato.

477 A Primeira Reunião do Grupo de Trabalho de Composição Aberta (OEWG) do Marco
478 Global sobre Substâncias Químicas (GFC) teve como objetivo dar continuidade à implementação
479 do novo marco global adotado na [ICCM5](#), promovendo uma gestão segura e sustentável de
480 substâncias químicas em escala global. O encontro reuniu representantes de governos, setor
481 privado, associações da indústria e de trabalhadores, academia e organizações não
482 governamentais para discutir resoluções estratégicas, programas de implementação,
483 financiamento e ações transversais voltadas à saúde, meio ambiente e desenvolvimento
484 sustentável. A participação do Brasil demonstrou o compromisso do país com a agenda global de
485 segurança química. Participaram: MRE, MMA, MS, Anvisa e Ibama.

486 Além disso, as discussões sobre os agrotóxicos altamente perigosos (*Highly Harzadous*
487 *Pesticides*, HHPs) destacaram-se como uma prioridade, com vários países e organizações
488 enfatizando a necessidade de medidas globais para reduzir seus riscos à saúde e ao meio ambiente.
489 O debate centrou-se no fortalecimento de regulamentações para restringir o uso desses pesticidas,
490 promover alternativas mais seguras e melhorar a capacitação de países em desenvolvimento no
491 manejo de HHPs.

492 O Brasil, ao lado de outras nações, apoiou a integração de ações concretas no Plano de
493 Implementação do GFC, reforçando a importância de abordagens regionais e cooperação técnica
494 para lidar com esses produtos perigosos de forma eficaz. Durante duas reuniões de almoço foram
495 discutidos os termos para criação da aliança e ficou decidido que o secretariado enviaria os
496 documentos para as instituições contribuírem até agosto.

497 Durante o evento, o Brasil exerceu um papel ativo, facilitando discussões sobre o Plano
498 de Trabalho Global do Programa de Implementação 1 (IP1), com ênfase em ações práticas como
499 workshops regionais e orientações legislativas para fortalecer a governança de substâncias
500 químicas até 2030. Além disso, o país se destacou ao apresentar a importância das Fichas de
501 Dados de Segurança (SDS) em emergências químicas, usando como exemplo o acidente na
502 Amazônia, e ao participar de debates sobre inovações em química verde, reforçando a necessidade
503 de soluções sustentáveis.

504 A atuação brasileira também promoveu conexões estratégicas, com reuniões bilaterais
505 junto a ONU Meio Ambiente e FAO, visando ampliar cooperações técnicas e oportunidades de
506 financiamento. As discussões contribuíram para propostas como a criação de um Inventário
507 Nacional de Substâncias Químicas, alinhando políticas nacionais às metas globais. Essa
508 participação consolidou o Brasil como um ator-chave na implementação do GFC, reforçando seu
509 papel na promoção de uma gestão química segura e sustentável em nível internacional.

510 **8.5 Planilha de acompanhamento do GFC**

511 O *coordenador da Conasq* lembrou que a planilha de acompanhamento do GFC havia
512 sido enviada no dia 24 de fevereiro, através de Ofício, com prazo para devolutiva no dia 20 de
513 março. O prazo foi posteriormente prorrogado para o dia 28 de março.

514 No ofício, havia sido solicitado que as contribuições fossem encaminhadas por e-mail e
515 que, após análise do documento; caso algum membro julgasse que a planilha não se aplicasse a
516 sua instituição, deveria formalizar esse entendimento também por e-mail. Ninguém se manifestou
517 nesse sentido.

518 Recebemos contribuições do Ministério da Saúde e das ONGs. O MDIC sinalizou
519 dificuldade de preencher a planilha e a ABEMA havia informado que estava aguardando resposta
520 de consulta feita a ao Instituto Estadual do Ambiente.

521 Após compilar as contribuições recebidas, a equipe técnica entendeu que a metodologia
522 escolhida não estava adequada, havendo dificuldade em visualizar o documento de forma rápida
523 e otimizada, como foi inicialmente idealizado.

524 Por isso, a planilha foi reformulada e os assuntos reagrupados por áreas.

525 O documento será reenviado com novo prazo para devolutiva: 15/08.

526 **8.5 OEWG SPP**

527 Foi dada a palavra à *representante do MRE, Juliana Becker*, para fazer o relato sobre os
528 principais acontecimentos.

529 Em 20 de junho de 2025, após três anos de negociações mandatadas pela Resolução [5/8](#)
530 da UNEA, foi estabelecido o Painel Científico-Político Intergovernamental sobre Produtos
531 Químicos, Resíduos e Poluição (ISP-CWP).

532 O ISP-CWP se incorpora às principais instâncias intergovernamentais de referência, junto
533 ao IPCC (clima) e à IPBES (biodiversidade), e representa avanço significativo na governança
534 internacional da poluição, com o objetivo de aprimorar o conhecimento científico para a gestão
535 responsável de produtos químicos e resíduos, além de prevenir a poluição em todas as suas
536 formas.

537 Os negociadores brasileiros obtiveram grande êxito ao incluir o princípio do consenso
538 como um dos princípios operacionais que nortearão o funcionamento do ISP-CWP, para assegurar
539 que decisões de alto impacto político e técnico sejam tomadas com base na convergência e na
540 construção coletiva.

541 O Brasil articulou-se com o GRULAC e com o Grupo Africano para garantir a
542 manutenção da capacitação como função transversal do Painel e para evitar que polarizações
543 políticas impedissem sua operacionalização no texto final.

544 No que se refere à governança, o Brasil, em coordenação com outros países em
545 desenvolvimento, assegurou que a Plenária do Painel seja composta por Estados membros,
546 garantindo igualdade soberana nas decisões que orientarão o trabalho do ISP-CWP.

547 O Painel tomará decisões em conformidade com as diretrizes defendidas pelo Brasil em
548 foros ambientais multilaterais, buscando consenso para matérias substanciais e emendas nas
549 regras de procedimento.

550 Em relação ao financiamento, foi aprovada a criação de um Fundo Fiduciário baseado em
551 contribuições voluntárias, livres de condicionalidades ou orientações específicas, salvo decisão
552 contrária adotada por consenso na Plenária.

553 Ficou acordada a criação de um Secretariado interino no PNUMA, com sede a ser definida
554 em futura sessão plenária a partir de ofertas dos países.

555 **9. Encerramento**

556 O *coordenador da Conasq* informou que a próxima reunião ocorrerá no dia 05 de julho.
557 No entanto, avisou que, possivelmente será necessário marcar reuniões extraordinárias para tratar
558 das contribuições da consulta pública do decreto e dos produtos do GTT-Substâncias Química em
559 Plásticos.

560 Em não havendo mais nada a ser tratado o *Coordenador* agradeceu a presença de todos,
561 desejou bom retorno e encerrou a reunião.

562 **10. Resumo dos Encaminhamentos:**

- 563 1) MRE encaminhará relatos para a Secretaria Executiva da Conasq, que deverá circular os
564 documentos entre os membros da Comissão;
- 565 2) A Secretaria Executiva da Conasq deverá comunicar a coordenação do GTT-Plásticos
566 sobre a possibilidade de levar as discussões sobre as definições propostas na minuta do
567 acordo para debate nas reuniões do grupo;
- 3) A Secretaria Executiva da Conasq deverá solicitar que a coordenação do GTP-BRS faça
análise dos possíveis desdobramentos – *roadmap* – dos resultados da Convenção das
Partes COP BRS 2025 para ser apresentada na reunião seguinte da Conasq

568
569
570

ANEXO
RoHS NO CONAMA

RoHS no CONAMA

